



Livia: bancária, advogada e, breve, candidata à Presidência

Mulher disputa sucessão pelo Partido Nacionalista

A corrida sucessória deverá ter, a partir do próximo dia 14, uma mulher no páreo. Ontem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deferiu o registro do estatuto do Partido Nacionalista e reconheceu sua capacidade jurídica, concedendo-lhe o prazo de um ano para a organização definitiva. A advogada e bancária Livia Maria Ledo Pio de Abreu será lançada como candidata à Presidência da República pelo PN, em convenção marcada para o dia 14.

Livia Maria preside o diretório regional do PN em Minas Gerais e já escolheu seu slogan: o Brasil para os brasileiros. Mineira de Carangola, 40 anos, Livia acha que "temos de resgatar nossa soberania e trazer de volta o País de antigamente". Ela diz que não é contra as empresas multinacionais, mas ressalta que "as empresas estrangeiras terão que respeitar o Brasil e não ir contra o interesse da população".

Apesar do partido ser pequeno e sua candidatura sequer estar homologada, a futura candidata do PN à Presidência da República garante que vai "arrasar" na disputa. "Nosso partido tem muita tradição — explica — pois nasceu depois da Guerra do Paraguai, quando os soldados voltaram dos campos de batalha".

A condição de primeira mulher na disputa, não assusta Livia. Ela diz

não se preocupar com o sexo: "Não me sinto como uma mulher e sim como brasileira", arremata. Para colocar sua campanha na rua, ela pretende "pegar a enxada e marchar para a frente, em linha direta".

VOTO FEMININO

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Jacqueline Pitanguy, por outro lado, sugeriu ontem ao presidente do TSE o uso de urnas diferenciadas para a coleta dos votos femininos. O objetivo seria conhecer o comportamento eleitoral do brasileiro, segundo seu sexo. O ministro Francisco Rezek ficou de submeter a proposta ao plenário do Tribunal Superior Eleitoral, mas de saída apontou dois problemas para sua adoção: a possibilidade de quebra do sigilo do voto e o custo dessa diferenciação.

Jaqueline defendeu sua proposta argumentando que esse sistema permitiria determinar se o sexo é uma variável "determinante" no processo eleitoral. Segundo ela, o Chile já usa urnas separadas para homens e mulheres. Questionada sobre o direito de outros segmentos sociais receberem tratamento idêntico — os negros, por exemplo — a presidenta do CNDM preferiu não se manifestar.